

DOIS GRANDES PASSOS

Roberto Rodrigues*

No finalzinho do ano passado, a Câmara dos Deputados aprovou duas matérias do maior interesse do agronegócio brasileiro.

Uma delas é o Projeto de Lei 5028/2019, sancionada em janeiro pelo Presidente da República como a Lei 14.119/2020, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Este era um velho sonho dos produtores rurais, estava previsto no CF - Código Florestal, mas demorou quase 9 anos para ser transformado em Lei. Agora estamos equiparados aos mais modernos sistemas jurídicos ambientais do mundo. Já tínhamos o CF, o mais rigoroso aparato legal em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade produtiva, e todo ele desembocava em castigos de toda ordem para quem não o cumprisse, de multas a perda de acesso ao crédito, entre outras penalidades pesadas. Mas não havia a contrapartida, isto é, o prêmio para quem fizesse tudo certo. Agora temos. Ainda falta regulamentar a nova Lei, mas isso não deve demorar e, tão logo aprovado, os produtores rurais poderão ser remunerados por coisas que já fazem e que custam caro, sem retorno.

A política nacional será gerida por uma instituição que se chamará Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o serviço ambiental prestado deverá ser registrado no Cadastro Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O que se busca é a garantia de manutenção, recuperação ou melhoria da cobertura vegetal em áreas prioritárias para a conservação, o combate a fragmentação de habitats e corredores de biodiversidade e a conservação de recursos hídricos, compensando quem cuidar disso tudo. Para fazer jus ao benefício, empresas rurais, agricultores familiares, povos indígenas ou quilombolas, terão que aderir a uma das ações definidas pelo programa, além de estarem inscritos no CAR, outro dispositivo do Código Florestal.

A outra matéria só foi discutida na Câmara dos Deputados e ainda precisará passar pelo Senado da República antes de ser sancionado pelo Presidente, e trata de uma interessante inovação que se insere no capítulo do financiamento das atividades rurais: é o PL 5191/2020, que cria o Fundo de investimentos para o Setor Agropecuário - FIAGRO.

Seu objetivo é a criação de mecanismos no mercado de capitais que reduzam a dependência dos produtores dos recursos do Tesouro Nacional. O novo Fundo se liga aos certificados do agro criados em 2005 com o mesmo intuito: o LCA, o CRA, o CDCA que foram ainda mais estimulados com a Lei do Agro, aprovada em 2019.

O projeto possibilita que pequenos investidores aportem recursos no FIAGRO, sem serem proprietários rurais. E nenhum investidor poderá auferir mais de 10% da rentabilidade do Fundo, de modo que fica garantida a democratização dos resultados. E também está prevista a participação de investidores institucionais - pessoas jurídicas.

O texto aprovado prevê a aplicação em imóveis rurais (inclusive compra), direitos creditórios e títulos de securitização, ativos financeiros, cotas em fundos

de investimento que apliquem mais de 50% em tais ativos, apoio a ciência e inovação.

Foram dois importantes passos na modernização do agro brasileiro.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**